

2

Pessoas vivendo nas ruas do Rio de Janeiro.

Neste capítulo, tentei fornecer um pequeno quadro sobre a pobreza extrema no Rio de Janeiro e a forma como ela vem sendo tratada especificamente com relação à população de rua. Pela primeira vez, em 2005, houve um encontro nacional sobre pessoas em situação de rua, com o objetivo de analisar as políticas públicas voltadas para este público. No Rio de Janeiro, a Prefeitura sob os oito anos do Governo César Maia¹, realizou políticas de reinserção social nos abrigos criados para atender a população de rua. Tais políticas, no entanto, foram insuficientes, visto não contarmos com uma rede de proteção social mais efetiva, como hospitais públicos, por exemplo, que consigam dar conta do contingente populacional.

O importante deste capítulo, como se verá, é compreender o conteúdo dos comentários dos leitores sobre este segmento da população e a forma como eles percebem os direitos desta. No último item, aponto que a construção de um estereótipo do vagabundo e do perigo estão relacionadas historicamente e que esta construção deu margem à criação da desqualificação social como uma forma de classificar aqueles que parecem se adequar a uma representação de perigo para a sociedade.

¹ Segundo a Ex-secretária da SMAS, embora a quantidade de abrigos seja insuficiente para dar conta do número de pessoas vivendo nas ruas do Rio de Janeiro, o abrigo apenas não abrange a problemática como um todo. Muitas pessoas que vivem nas ruas não dependem unicamente de moradia, mas de saúde e uma rede familiar e social que dê suporte.

2.1 Pessoas em situação de Rua no Rio de Janeiro

Segundo Sonia Rocha, a metrópole do Rio de Janeiro concentra 75,6% da população fluminense e, o que é relevante, é que 82,2 % dos indivíduos em pobreza extrema estão na cidade. A metrópole, portanto, dá a feição predominante ao modo de vida do Rio de Janeiro, sendo que a pobreza no Estado é essencialmente uma questão metropolitana².

Em 2005, a Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) realizou o I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua, onde foram discutidos, em conjunto com os movimentos sociais desse segmento social, os desafios para a formulação de políticas públicas para essa parcela da população. Os motivos declarados para que uma pessoa vá viver nas ruas estão absolutamente correlacionados. O baixo grau de escolaridade de quem vive nas ruas decorre, em última instância, de uma situação pouco estável quanto ao emprego. Para a população mais pobre, viver de “bico” é regra e não exceção³.

Segundo a média destes dados no Brasil, de cada 100 pessoas em situação de rua, 71 trabalham e 52 têm pelo menos um parente na cidade onde vivem. A atividade mais freqüente é a coleta de material reciclável e uma significativa parcela deste público considera boa a relação com os seus familiares. O trabalho e o vínculo familiar são aspectos que compõem a primeira Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

De acordo com esta pesquisa nacional, dos pesquisados, 70% costumam dormir na rua e 22% em albergues, mas 46,5% preferem passar a noite na rua, principalmente por causa da liberdade, e 44% manifestaram preferência pela instituição, por temer a violência. Quase metade (48%) dos entrevistados que participaram do levantamento está há mais de dois anos dormindo na rua ou em albergue.

² Texto: pobreza extrema no rio de janeiro: uma espacialização alternativa – Sonia rocha e Roberto Cavalcanti Albuquerque Indicadores da pobreza extrema no rio de janeiro – linhas da pobreza. Pobreza extrema são indivíduos com renda familiar per capita abaixo do parâmetro definido no rio de janeiro – R\$ 31,32 reais.

³ Cf. Pesquisa Nacional sobre a população em situação de rua do Meta Instituto de Pesquisa de Opinião da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome: Abril de 2008. A população em situação de rua não é incluída nos censos demográficos brasileiros, e de outros países, fundamentalmente porque a coleta de dados dos censos é de base domiciliar.

Segundo os resultados da pesquisa, 80% das pessoas em situação de rua fazem em média uma refeição por dia, sendo que 27% utilizam o próprio dinheiro para comprar comida. Em relação às condições de saúde, 30% afirmaram ter algum problema, como hipertensão, distúrbio mental e Aids, e 19% fazem uso de medicamentos.

Segundo análise da SMAS⁴, viver nas ruas revela todo um processo de rompimento, desde seus vínculos de trabalho, passando por familiares e comunitários, e terminando por deixá-lo em uma situação de isolamento, sem sua identidade de provedor e sem uma família e, ou amigos por perto. Se chegam às ruas como fracassados porque não provêm o sustento da família, passar a receber tudo que precisam acaba por reforçar a idéia de que não são capazes.

Isso talvez indique que as soluções fornecidas pela Prefeitura, apontadas como bem sucedidas e que envolvem o recolhimento compulsório, provocam falsas impressões de solução e configuram-se apenas em re-acomodações territoriais⁵, que perpetuam a questão e corroboram para eles se sentirem como um problema. Além disso, o imaginário social acerca da população de rua se configura de forma extremamente negativa, o que agrava ainda mais o sentimento de culpa e inutilidade destas pessoas. O ciclo que temos, portanto, se inicia em geral, numa situação de instabilidade empregatícia⁶, que envolve a família e a rede de relacionamento comunitário. Diante da impossibilidade de prover a família e diante das conseqüências que surgem das privações da pobreza, a culpa e a falta de motivação, assim como o consumo de álcool e drogas apresentam-se como saída.

Seguindo esta primeira análise, no Rio de Janeiro, segundo dados da prefeitura, havia **1692** pessoas vivendo na cidade do Rio de Janeiro em 2006, **1932** em 2007 e **1906** em 2008⁷. Destas pessoas, em 2008, 79,64 % são do sexo masculino e 17,21% do feminino. Em 2008 foi constatado que, como principais motivos de ida para rua, tivemos 20,67% relacionadas ao desemprego/geração de

⁴ Cf. SMAS- Relatório anual sobre pessoas em situação de rua - Cadernos de Assistência Social, vol. 18, levantamento de População em Situação de Rua na cidade do Rio de Janeiro/2008

⁵ O choque de ordem e a retirada da população de rua para os abrigos municipais constituem medidas atuais da Prefeitura do Rio de Janeiro para resolver o “problema” da população de rua. Entretanto, o número de pessoas vivendo nas ruas do ano de 2006 a 2008 revela-se estável, indicando a pouca eficácia destas medidas.

⁶ Os dados da Prefeitura do Rio de Janeiro dos anos de 2006 a 2008 revelam que em média 30% dos casos são de desemprego, seguido por conflitos familiares. Pode se interpretar também que embora o segundo motivo seja de conflitos familiares, em geral as pessoas que chegam ao ponto de ir para a rua por conflitos em casa, são de lares pobres também, embora não se possa mensurar se os motivos dos conflitos estariam relacionados à situação financeira familiar.

⁷ Até a finalização desta pesquisa não estavam disponíveis os dados de 2009 e 2010.

renda, seguido de 18,78% de conflito familiar, 5,14% por vontade própria 5,14%, 4,51% de drogadição, 3,2% de pessoas portadoras de transtorno mental e 2,47% por motivo de violência na comunidade. Viver nas ruas na maioria das vezes não é uma opção. Esta hipótese geralmente surge a partir de um contexto de frustrações sociais. De acordo ainda com os dados da SNAS, os níveis de renda em geral são muito baixos. A maioria (52,6%) recebe entre R\$ 20,00 e R\$80,00 semanais para sobrevivência diária nas ruas. Nesta pesquisa, dos entrevistados (54,2% do total), 56% vieram de municípios do mesmo Estado de moradia atual e 42% vieram de áreas urbanas. Isso significa que uma parte considerável da população em situação de rua é originária do mesmo local em que se encontra, ou de locais próximos, não sendo decorrência de deslocamentos ou da migração campo/cidade.

Como vemos no quadro abaixo, o número entre 2006 e 2007 aumentou consideravelmente e diminuiu um pouco em 2008. Como a pesquisa do SMAS não inclui a dimensão de renda, aponto abaixo a média nacional segundo a pesquisa feita pelo SNAS.

SMAS	2006	2007	2008
Vivem nas ruas do RJ	1692	1932	1906
Desempregados	27%	30,24%	20,67%
Conflito familiar	17%	24,36	18,78%
Renda média nacional segundo SNAS	R\$20 a R\$80,00 por semana	-	-

No Brasil, até a finalização deste trabalho não há estimativas federais acerca do número de pessoas vivendo nas ruas do país. Segundo os dados da OIT⁸ do Relatório de desenvolvimento humano de 2006/2007 estima-se que **8210** pessoas estavam desempregadas em 2006 e **8059** em 2007. Dentre estas, 2757 e 2880 em 2006 e 2007 respectivamente, possuíam segundo grau ou ensino superior.

⁸ Cf. Dados da OIT sobre desemprego: <http://www.ilo.org/public/portugue/bureau/stat/index.htm>

Para se entender melhor a percepção dos leitores sobre a população de rua carioca, serão analisadas no próximo item, os comentários dos leitores do Jornal *O Globo* de 2006 a 2010 para compreendermos como este grupo de pessoas vê esta questão social.

2.2. Cartas dos leitores

Não é o propósito deste capítulo sobre as representações da pobreza no Brasil discorrer sobre a evolução da pobreza ou dos indicadores, mas entender as maneiras de se conceber a pobreza através de um universo irrestrito que se coloca hoje em dia na mídia cibernética.

As cartas de leitores de jornais até há alguns anos eram enviadas pelo correio e a participação da população era mínima, comparada ao verdadeiro fórum de debates ou “esfera pública⁹” que nasce com a internet. Os chats e fórum de discussões cresceram enormemente de dez anos para cá (Harvey; 2004) e hoje, vários tópicos e matérias de jornal são escolhidos e aprofundados de acordo com a opinião pública cada vez mais ativa. A internet encolheu as distâncias e os comentários dos leitores acerca das inúmeras matérias fornecem um material riquíssimo de consulta para avaliarmos a opinião pública e as manifestações que, talvez, pessoalmente pudessem ser mascaradas.

As cartas dos leitores foram selecionadas de forma totalizante, ou seja, não passaram por nenhuma avaliação pessoal prévia¹⁰. Foram selecionadas todas as matérias disponíveis sobre população de rua nos anos de 2007 a 2010. A partir de cada matéria que detivesse conteúdo sobre população de rua (mendicantes, morador de rua), o trecho abaixo da matéria on-line possuía uma pequena seção denominada “comente” e foi copiado integralmente. Nesta seção, cada matéria detinha cerca de 5 a 100 comentários. No total foram analisados 494 comentários. Todos foram incluídos, recortados e colados em um novo arquivo. Daí, a partir da leitura deste material, de ano para ano, fui categorizando de acordo com os conteúdos, para depois criar a pizza com os resultados.

Alguns problemas, no entanto, precisam ser esclarecidos:

⁹ Como salienta Jankholevitch, com a emergência dos meios de comunicação e da mídia cria-se uma nova forma de esfera pública desespacializada, constituída de debates e discussões muitas vezes políticas e que, no entanto, não se restringem a um território específico. Cf. “Cobertura da vida pública: representações sociais da esfera pública na imprensa.” In *Representações sociais e esfera pública* de Denise Jankholevitch

¹⁰ Os comentários se situam no final à direita de cada matéria publicada. Algumas matérias não possuíam comentários, portanto foram selecionadas apenas aquelas que possuísem. Não entraram na seleção as matérias que vinculam população de rua a crimes. Isso se deu para que o comentário fosse somente sobre a existência deles em determinado local e não sobre algum ato que o vinculasse a algum crime ou que pudesse estar relacionado à violência. O objetivo era entender o que as pessoas pensam sobre população de rua em contextos onde não há crime, isto é, apenas o fato de eles existirem. Cf. matérias em: <http://oglobo.globo.com/rio/mat/2010/08/27/choque-de-ordem-no-largo-do-machado-recolhe-16-moradores-de-rua-917492462.asp>

a) Muitas cartas são respostas diretas a outros leitores, com ofensas e às vezes concordando com outro leitor. Outras são indicações de outros problemas que eles consideraram correlatos. Todos estes tipos de comentários foram agrupados à categoria “Outros”.

b) Embora possa se interpretar o número crescente de cartas em 2010 como uma maior participação social, não há explicação certa sobre o número reduzido de cartas no ano de 2008 sendo o número maior em 2007, 2009 e 2010. Pode-se fazer algumas suposições, como mudança do governo César Maia para Eduardo Paes ou alguma problemática no arquivo do jornal. Isso, no entanto, não foi confirmado através de conversa por telefone com o arquivo do jornal *O Globo*.

c) A escolha do jornal *O Globo* se deu pelo simples fato de não haver seção “comente” no jornal *O DIA* e no *EXTRA*, apesar de estes dois jornais também terem divulgado diversas matérias sobre população de rua e reclamação dos bairros, principalmente na Zona Norte.

d) Por fim, organizei as cartas, tentando ao máximo me deter ao conteúdo dos discursos de forma a entender o objetivo do comentário ou da crítica do leitor, embora muitos comentários sejam controversos e detenham, acredito, múltiplas interpretações de sentido. Procurei estabelecer os critérios de “Responsabilidade e solução” como dois parâmetros para classificação dos comentários. Aqueles que não detinham estes critérios foram, para uma nova categoria, caso tenha sido um número relativamente alto ou mais uma vez, para a categoria “Outros”.

Foram criados alguns subtipos nos tipos principais. Na categoria *Responsabilidade*, há dois subtipos: Estado e Indivíduo. Nas *soluções*, há como subtipos principais: morte, esterilização, internação e migração forçada. Os comentários sobre responsabilidade do Estado versavam desde a atribuição de culpa pelo problema da existência de população de rua à falta de providências do governo. Sobre a responsabilidade do indivíduo, os comentários expressam a opinião de que há uma escolha individual de viver nas ruas ou de querer estar nesta situação. Também expressam que viver nas ruas seria o resultado de não quererem trabalhar ou consequência de escolhas erradas.

Na categoria *Soluções*, os comentários expressam possibilidades para acabar com o “problema” da população de rua. Neste quesito alguns apontam ser contra direitos individuais. Estes são comentários que expressam o conteúdo de que, pelo fato de não quererem trabalhar, não devem possuir o direito de ficar nas ruas, portanto, devem ser presos ou mandados para outro lugar. Este quesito se

relaciona com a responsabilidade individual, na medida em que ter direitos não seria justo para aquele que “escolheu” esta vida. Direitos, portanto estariam relacionados às pessoas que “escolheram” trabalhar.

Na categoria *Outros*, entraram os comentários que não dizem respeito especificamente à população de rua, como reclamações de bairro, outras questões sociais, reclamações diretas ao prefeito, diálogos com outros leitores, e respostas e perguntas, como uma sala de bate-papo.

Em todos os anos analisados, a maioria dos comentários versou sobre a responsabilidade ou culpa da existência de pessoas vivendo nas ruas.

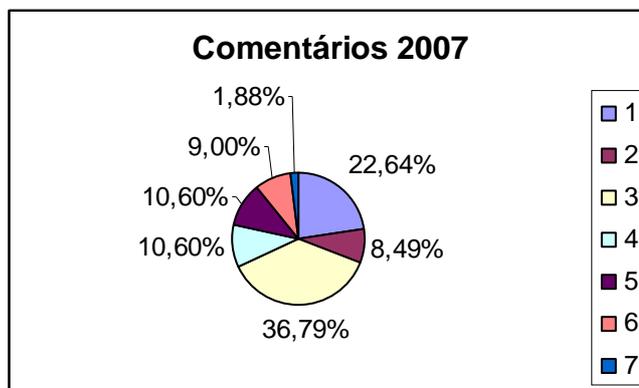
No ano de 2007, dos 106 comentários, há que se destacar que 22,64% versavam sobre atribuição de responsabilidade, enquanto 8,49% versavam sobre soluções. Houve a inclusão de uma nova categoria “*moradores como vítimas*” pelo elevado percentual de 10,6%. Foram comentários nos quais os leitores se queixam que estariam cercados pela população de rua e que eles seriam os “verdadeiros donos da rua”.

No ano de 2008, dos 75,80% de conteúdos sobre responsabilidade, 32,3% dos leitores responsabilizaram o Estado, 18% responsabilizam o Estado e o indivíduo enquanto 11,5% responsabilizaram unicamente o morador de rua pela sua condição. Apenas 4,8% dos comentários apontavam soluções para a população de rua. Destas, todos (100%) apontaram a esterilização obrigatória pelo Estado como solução.

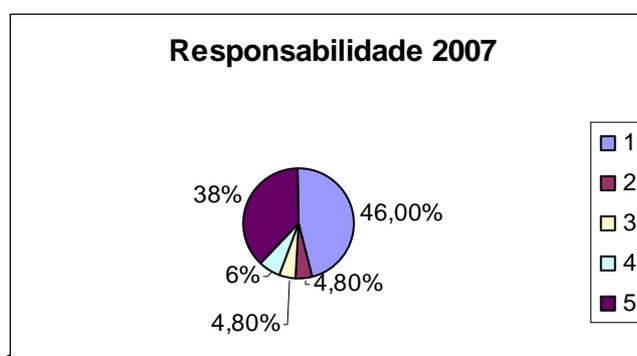
Nos quadros abaixo, foram separados, ano a ano, os conteúdos dos comentários:

Em 2007, como vemos no quadro abaixo, houve um total de 106 comentários, assim divididos:

Responsabilidade: 22,64%
 Soluções: 8,49%
 Moradores como vítimas: 10,6%
 Brigas com outros leitores: 10,6%
 Frases repetidas: 9%
 Não há moradores de rua: 1,88%
 Outros: 36,79%

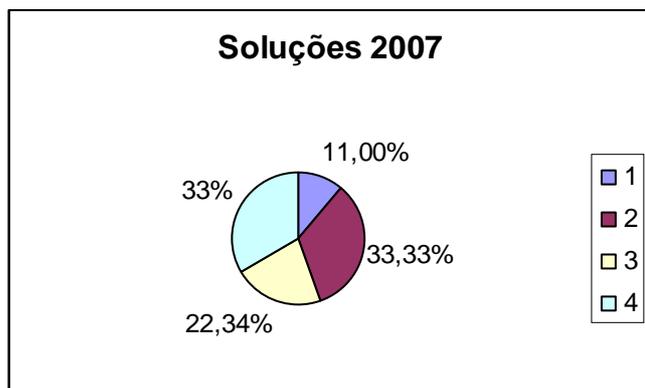


No quadro abaixo, das responsabilidades totais, 46% atribuem apenas ao Estado o fato de existirem pessoas vivendo nas ruas. Um número interessante é que somente neste ano, 38% do total das responsabilidades tiveram a iniciativa de se mobilizarem por considerarem que o problema é social, então a responsabilidade seria das pessoas de não permitirem que existam pessoas nas ruas. Cabe esclarecer aqui que há uma diferença na atribuição social para outros anos. Neste quesito, a preocupação é com o fato de que não devem *existir* pessoas nesta situação, o que parece revelar uma genuína preocupação social. Apenas 4,8% atribuem a responsabilidade ao indivíduo por estar nesta situação, 6% atribuem aos eleitores, isto é, de quem votou no prefeito e 4,8% atribuem às causas sociais de uma maneira geral, tal como a economia ou o desemprego.



Como vemos no quadro abaixo, das soluções, 55,55% sugerem a morte como solução, em geral são comentários que demonstram que seria melhor que eles morressem ou que alguém os matassem. 11% sugerem a internação, neste caso a internação seria efetivada pelo Estado. Há uma ambigüidade com relação a esta solução, que em geral, tanto aponta que o indivíduo deve ser internado compulsoriamente, como deve ir por conta própria. 22,34% acham que o governo não deve ajudar de forma alguma e 33,33% sugerem uma mudança na guarda

municipal. Esta última categoria não foi explicada pelos leitores o motivo pelo qual isso seria importante.



Em 2008, foram obtidos apenas 62 comentários, como vemos abaixo:

Dados finais 2008

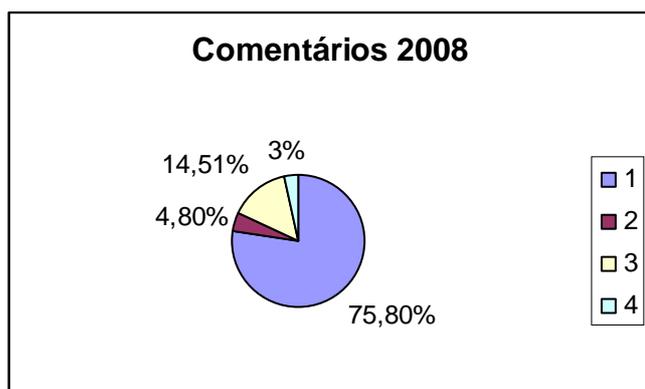
Total dos comentários: 62

Responsabilidade: 75,80

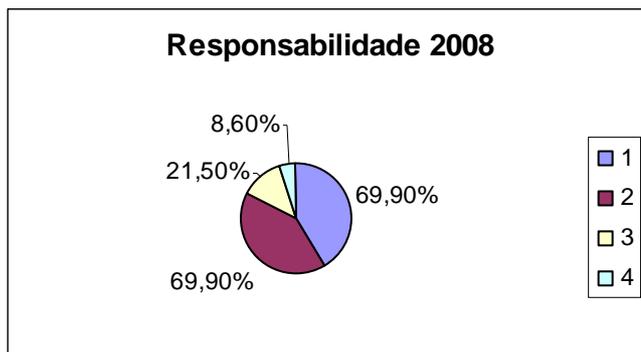
Soluções: 4,8%

Outros: 14,51%

Crítica à “cultura brasileira”: 3,22%



Como vemos no próximo quadro, do total das responsabilidades, 69,9% % responsabilizam o Estado pela existência da população de rua. Em geral, são atribuições de culpa por omissão dos governantes (os últimos números foram de comentários feitos em dezembro de 2008, fim do governo César Maia). A grande maioria é crítica com relação ao prefeito e ao abandono da cidade como um todo. De resto, 21,5% culpam o próprio morador de rua por sua situação e 8,6% culpam a sociedade.



Do pequeno número de soluções, todos (100%) sugeriram a esterilização pelo Estado como solução para a população de rua.

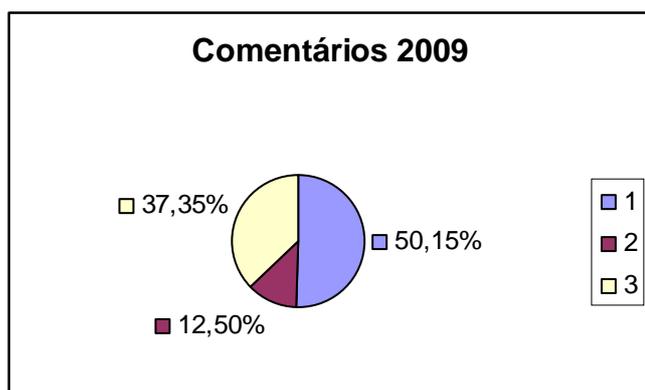
Em 2009, foram obtidos 232 comentários. Como vemos no quadro abaixo, do percentual total, 50,15% são comentários de responsabilidade ou atribuição de culpa ao Estado ou ao indivíduo ou ambos. Também apontam a responsabilidade da sociedade (de quem votou errado ou de caridade). 37,35% são outros, que incluem neste ano a esperança no choque de ordem. 12,5% dos comentários são soluções.

Dados finais 2009 (232 comentários)

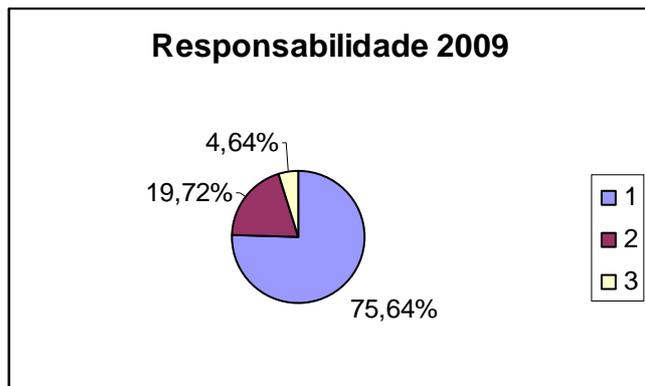
Responsabilidade: 50,15%

Soluções: 12,5%

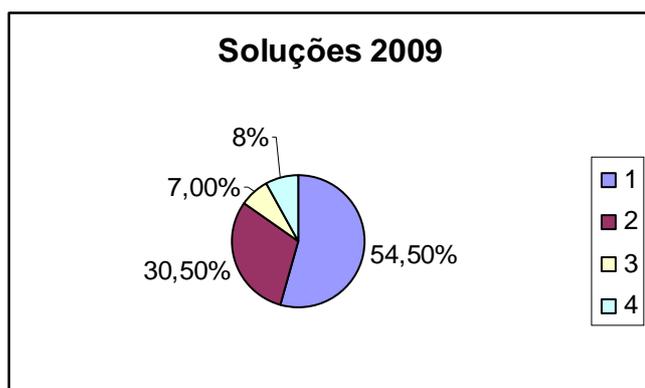
Outros: 37,35%



No quadro abaixo das Responsabilidades de 2009, 19,72% responsabilizam o indivíduo, 4,64% responsabilizam a sociedade e 75,64% responsabilizam o Estado.



Das soluções, 54,5% são para migração forçada pelo Estado, 7% são para esterilização, 8% são para internamento e 30,5% são para morte.



Até julho de 2010 obtivemos 94 comentários, sendo, 31,02% que versaram sobre a responsabilidade, 20,68% sobre soluções, 29,14% são outros. Tivemos neste ano um dado novo, que foi o percentual de 4,7% de leitores em defesa da população de rua e 2,82% que criticaram o sistema político.

Comentários totais 2010:94

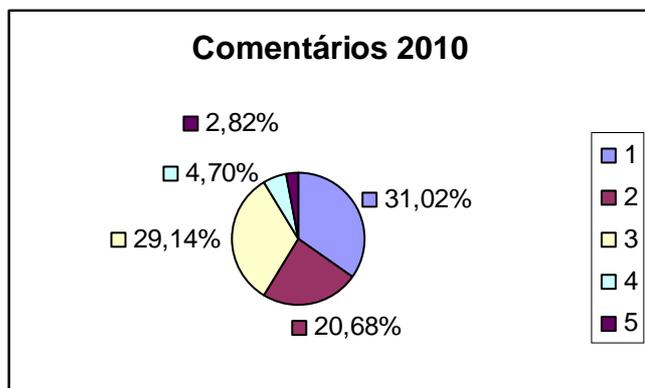
Responsabilidade: 31,02%

Soluções: 20,68%

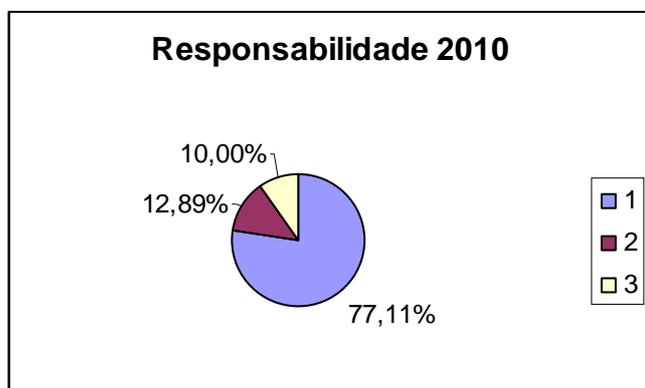
Outros: 9,14%

Argumentos em defesa dos mendicantes: 4,7%

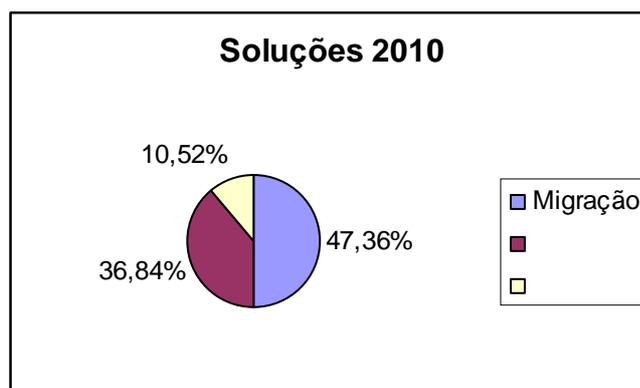
Críticas ao sistema político: 2,82%

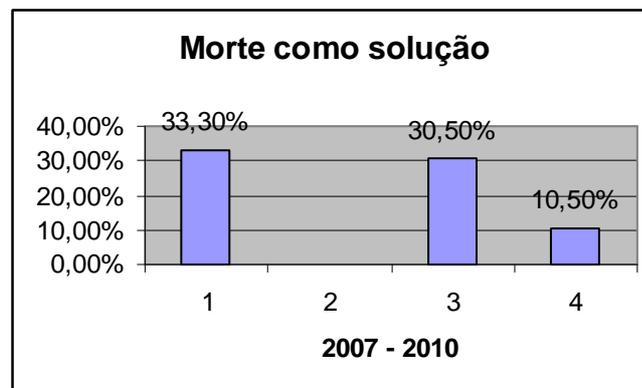
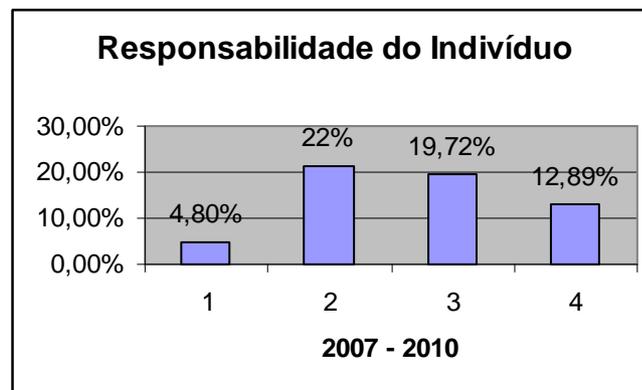


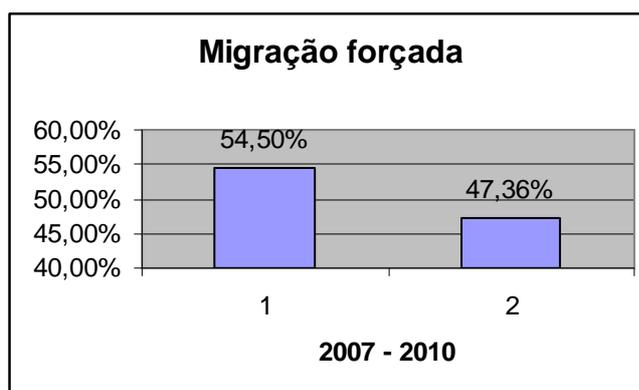
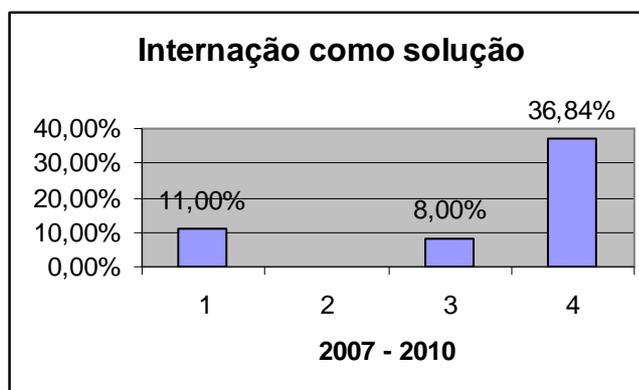
Das responsabilidades, 77,11% atribuem ao Estado, 12,89% atribuem somente ao indivíduo e 10% responsabilizam o sistema político.



Como vemos no próximo quadro, 20,68% são soluções. Destas, 47,36% desejam que a população de rua seja mandada para outro Estado ou para outro lugar. 36,84% acham que eles devem ser internados compulsoriamente. 10,52% acham que eles devem morrer



Escalas de 2007 a 2010



Como vimos nas escalas de ano para ano, houve um aumento gradativo na atribuição da responsabilidade do Estado de 2007 a 2010. Na responsabilidade do indivíduo também houve aumento de 2007 (4,8%) a 22% em 2008, 19,72% em 2009 e uma queda para 12,89% até julho de 2010.

Nas soluções, tivemos uma queda de 33,3 % de solução por morte em 2007 a 10,5% em 2010, sendo que a solução por internação paralelamente aumentou de 11% para 36,84% em 2010. A migração forçada também caiu de 54,5 % em 2008 para 47,36% em 2010.

Podemos notar que no ano de 2008 a responsabilidade individual foi maior conjuntamente com a solução da migração forçada para pessoas em situação de rua. No ano de 2009 a responsabilidade do indivíduo diminuiu e a migração

forçada também e reaparece a morte como solução. Em 2010, pelo menos até julho, temos uma queda em todos os quesitos de solução, com exceção da internação compulsória que aumenta significativamente.

Abaixo, estão alguns dos comentários selecionados por categoria, começando pelos de solução até os de responsabilidade.

Exemplos de comentários sobre solução morte:

“Tem que passar o CEROL nessa pivetada !!!!!” (leitor 25.2007)

“Pra tirar essa galera da rua, só com uma chacina!!” (leitor 38.2007)

“hahaha, o velho papo furado de sempre, tem gente que tapa o sol com a peneira mesmo, viu. Sendo realista... ainda bem que morreram, 6 drogados a menos. Quem entra nessa vida já sabe seu fim... fez por merecer. Enfim uma boa noticia para começar o dia.” (leitor 1. 2010)

“Claro que não sou um nazista, mas daí você entende por que às vezes um cidadão surta e coloca fogo num mendigo ou arrebenta um de pancada... Imagina um bando de marmanjos cantando sua esposa ou impedindo sua filha de passar pela calçada?” (leitor 20.2010)

“ACORDEM: RODO NESTES V.A.G.A.B.U.N.D.O.S” (84.2007)

“Sem brincadeira, o melhor lugar para esse pessoal de rua ou é bem afastado das ruas do Rio, ou então põe dentro de um navio e afunda no Atlântico. Eu tô cansado de ouvir falar que tem que ter assistência social. Que nada! Se não querem trabalhar e preferem pedir esmolas, então que sejam mandados para o Atlântico. Em outros países do mundo CIVILIZADO é simplesmente proibido, pela lei e pelos costumes, mendigos morando nas ruas e pedindo esmolas. Só aqui, nessa bagunça chamada Rio de Janeiro, é que tudo é permitido. Uma lástima. Deveria haver uma campanha proibindo o povo de dar esmolas. Ah, e nada de assistência social também.” (leitor 06.2009)

“Nosso erro é ser um bando de cordeiros e aceitar pessoas de outras localidades (até mesmo trazidas pela própria prefeitura de outras cidades). Temos de despejar essas pessoas no rio.” (leitor 47.2009)

Exemplos de comentários de solução internação:

“Deviam criar uma lei que obrigasse os moradores de rua se instalarem nos abrigos ou serem encaminhados a hospitais para tratamento. Eles não deveriam ter a liberdade de recusar assistência. Deveria ser ilegal morar na rua. Na minha rua "moram" umas 20 pessoas, há mais de um ano. São jovens, alcoolatras, drogados e assaltantes. Eles não querem nem ouvir falar em abrigo. De vez em quando, a polícia leva um ou dois. Mas, no dia seguinte, o grupo se recompõe. Malandragem pura.” (leitor 101.2007)

“SE NAO INTERNAREM ESSA GENTE, O PROBLEMA NUNCA ACABARÁ! eles tem que ficar retidos até terem condições de terem um trabalho. Se nao se recuperarem e voltarem pra rua, tem de ir presos.” (leitor 23.2010)

“Fazenda no interior do estado com um galpão divididos em quartos com cama e roupa de cama limpa e banheiros coletivos separados por sexo. CERCA TUDO para não fugirem, só sai de lá recuperado!!PRONTO!! PROBLEMA RESOLVIDO! AREA TEM! GRANA TEM! SÓ FALTA VONTADE POLITICA” (leitor 31.2010)

Exemplos de solução migração forçada:

“Tem que ver de onde vieram, quem os mandou pra cá e devolvê-los à sua origem e agir com rigor com essas pessoas que os enviaram, senão vamos ficar enxugando gelo eternamente. O Rio não pode ficar resolvendo o problema dos outros.”(leitor 32.2008)

“O que cria isso tudo é a falta de repressão. Se houvesse uma lei que estabelecesse o recolhimento a um abrigo como pena obrigatória pra quem fosse encontrado vivendo nas ruas, não haveria essa palhaçada. Sim, porque boa parte desse pessoal tem casa em outros lugares, mas

acha mais fácil viver aqui como mendigo, e não aceita ser levado para abrigos. Não pode haver "opção": se não tem aonde morar, na rua é que não pode ficar.” (leitor 07.2009)

“O morador de rua é tipicamente igual ao camelô, não quer ficar em locais sem movimento preferem pontos da cidade onde haja circulação de muitos pedestres, o morador de rua, visando esmolar, e os camelôs a possibilidade de vender mais. Na verdade ambos tem que ser retirados da rua, pois a razão do Rio de Janeiro imperar na fabricação do lixo, os autores dessa produção que inferniza nossa cidade tanto é o morador de rua quanto o camelô.” (leitor 64.2009)

Exemplo de Responsabilidade individual:

“Nem todos são vítimas. Existe oportunidade de estudo para todos, por mais que a educação não seja de grande qualidade, ela existe e é universal no Brasil. Só fica perambulando pelas ruas que prefere o caminho fácil das esmolas e do roubo do que o arduo caminho da educação e do trabalho honesto” (leitor 38.2008)

“Também acho que muitos deles se acostumaram à vida fácil das esmolas. Muitas dessas pessoas de rua são pegadas para ficarem em abrigos, mas acabam fugindo. O problema é bem mais difícil de ser resolvido pois não é só de oportunidades, mas também de caráter.” (leitor 28.2008)

“A prefeitura cansa de tentar tirar esse pessoal das ruas, mas não querem. Porque nos abrigos há horário, não podem beber álcool, têm que tomar banho...enfim, disciplina, que é o que não querem.”(leitor 09.2008)

“Se esses mendigos estão aboletados ali é porque alguém lhes dá vida mansa. Na hora que a população parar de fazer assistencialismo e parar de distribuir quentinha e cobertor eles vão embora. Enquanto isso o

abrigo da Prefeitura tá vazio, vazio, porque esses mendigos não gostam de cumprir regras, e lá no abrigo é proibido tomar cachaça.”

Exemplo de solução esterilização:

“Enquanto o Rio não adotar um plano intensivo de Controle de Natalidade entre na população de miseráveis, que inclusive não querem ter filhos, apenas os têm por ignorância, estaremos vendo a quantidade de marginais nas ruas cada vez maior. Onde vamos parar não sei, mas é inevitável que algo seja feito, nem que seja preciso dar comida com anti-concepcional para esse povo descontrolado que se auto-perpetua na miséria” (leitor 41.2008)

“Esterilização ampla, geral e irrestrita. URGENTEMENTE!” (03.2009)

“Moro na Tijuca e o meu bairro acabou ou melhor, acabaram com ele. Aqui tem tanta população de rua que chega a assustar. Esterilização já!!!” (13.2009)

Exemplo de Responsabilidade do Estado:

“É triste tudo isto, como resolver se os políticos não querem trabalhar a favor da cidade e dos cidadãos?” (leitor 18.2008)

“Onde estão as autoridades? Andando de bicicleta em Paris? Ou se escondendo atrás de notebooks, despachando via e-mails?” (leitor 29.2008)

“O Estado tem dar uma solução para este problema, porque é um problema. A população por sua vez tem que parar de achar que é bonito dar esmola e que isto vai comprar um lugar no céu ou diminuir o peso dos pecados cometidos.”(leitor 45.2008)

“Que pena. O Rio de Janeiro merece mais respeito desses políticos que só sabem usufruir os votos e depois o povo que se lixe” (46.2009)

“E cadê o choque de ordem?? Manter a cidade bonita??” (leitor 48.2009)

Exemplos de Responsabilidade social:

“O maior culpado é o povo, que fica dando dinheiro pra esses inúteis. Se ninguém desse dinheiro, no mínimo eles iam tentar trabalhar ao invés de vagabundar” (leitor 3. 2009)

Outros comentários:

“O DIREITO É DE IR E VIR, NÃO DE PERMANECER!!!” (leitor 11/2010)

“PRAGA VOLTA! um bando de pivetes e mendigos fumados de crack vão te cercar e aí você vai ver o que é bom!” (leitor 6.2010)

“Ficam falando que tem que dar moradia digna?!?!?!fala serio?!?!?!?! o Estado nunca me deu nada?!?!?! Tem que retirar eles de lá...saber fazer filho eles sabem.....tem é que prender esses bandidos!!!!!!!!!!!! (leitor 14.2010)

“Não adianta! Essas pessoas são alcoólatras, desprovidas de qualquer dignidade.” (leitora 03.2010)

“Espalhem creolina na rua, que eles somem rapidinho” (leitor 09.2009)

“É horrível o cartão postal do Brasil ter esses mendigos.” (leitor 72.2009)

“SUGIRO QUE FIQUEM COM ELES, QUEM ELABOROU E APROVOU O ECA, E TAMBEM OS QUE PREGAM E FAZEM PARTE DOS DIREITOS HUMANOS! MUDAR O ECA JA. FAZER CAMPANHA EM MASSA PARA QUE NAO DEEM NADA A ELES. REMOVE-LOS PARA SUAS ORIGENS.” (leitora 12.2010)

“Morar na rua é uma das maneiras que as pessoas tem de escapar da pesada tributação que sofrem”. (leitor 11.2008)

“Se as autoridades guiam-se por alguma ciência, é a ciência da politicagem. Fossem eles pautados pelas normas científicas não estaríamos nesta discussão agora, não é?” (leitor 41.2007)

Podemos concluir neste item do primeiro capítulo, que a questão da população de rua para os leitores é considerada um problema para aqueles que convivem com ela e não para aqueles que estão de fato vivendo nas ruas. As soluções apontadas revelam a falta de solidariedade social, no sentido atribuído por Elisa Reis, e a falta de atribuição de direitos para estas pessoas, pois não são consideradas como pessoas. Para alguns, como vimos, a caridade atrapalha e o governo deveria fazer algo, mesmo que isso signifique uma solução violenta, como internação forçada ou morte o que aponta a uma falta de respeito aos Direitos Humanos.

No próximo item, como conclusão deste capítulo, será analisada um pouco da história da construção do indivíduo perigoso e do bárbaro e como estas representações foram construídas, como aponta Foucault, paralelamente ao advento do conhecimento científico, o que legitimou e viabilizou mecanismos punitivos para pessoas que representassem um “perigo” ao Estado ou à sociedade.

2.3: A construção histórica do excluído e do indivíduo perigoso.

Segundo Foucault (2008), as novas formas de sujeição humana no advento do século XX começaram a ser delineadas a partir da construção moderna do saber humano. Até o medievo, as atividades de controle nas cidades eram

conduzidas pelo poder pastoral e pelas ramificações religiosas de país para país. O poder de Deus se dava através da igreja católica como mediadora do homem com a divindade, controlando seu poder supremo de redenção e classificação dos pecados humanos. A partir da era moderna, novas configurações de poder acompanharão o desenvolvimento científico, assim como novas concepções de homem surgirão.

Até o fim do século XIX, as manifestações de racismo estavam relacionadas ao saber médico- jurídico de controle social, na forma de eliminação daqueles que não correspondessem ao padrão de saúde e segurança característicos da sociedade européia. (Foucault; 2006). O poder do Estado europeu, de uma forma geral visava à capacidade de detenção de poder de guerra, de ser imune a um possível ataque por parte de outros Estados ou por populações bárbaras. A civilização européia percebia como barbaridade todo grupo ou nação que não possuísse sua forma de organização social, assim como os mecanismos de disciplina populacional.

Ainda segundo Foucault, (2007; 383) até o século XVIII, a pesquisa acerca do homem estava condicionada à análise da história natural e essencialista do homem e seu meio. O desenvolvimento da biologia a partir do século XIX apresenta uma retirada do sujeito de cena para um novo formato de acordo com a seleção natural darwinista. Esta perspectiva ensejou a classificação e a separação dos seres de acordo com as diferenças e as características biológicas que se desenvolveriam numa escala evolutiva diferenciada ao mesmo tempo em que os conectava na forma da continuidade sucessiva das espécies.

A História e Biologia passam a estar interligadas e o destaque dado por Foucault a estes aspectos do saber humano será de extrema importância para entender a arqueologia do saber ocidental e a emergência das descobertas do exotismo de outras culturas e das “irregularidades” biológicas do novo mundo. As novas formas do saber, concomitante com o estabelecimento do Estado como forma de governo sobre os indivíduos apresentou conjugadamente, portanto, novos dispositivos de controle da vida humana, como a higiene, o trabalho, a alimentação e a sexualidade.

Enquanto a sociedade disciplinar característica da idade moderna até o século XIX detinha o controle dos indivíduos através da disciplinarização e normalização de forma singular e repetitiva, o que emerge no século XX é o

controle totalizador da vida humana. Esta biopolítica, na linguagem de Foucault (2008b), marcou a passagem do modelo fordista para o pós-fordismo e influenciou toda relação de trabalho através do imaginário social e da ciência administrativa como um todo. O modelo capitalista que surge neste momento detém o poder de sistematização cultural dominante transbordando o Estado para o nascimento do Império, como define Negri (2009). Este seria uma formação multifacetada de poder e controle sobre os indivíduos, que se relaciona às formas de produção de capital, e informatização da vida humana.

Ainda segundo Foucault, novas formas de poder social começam a surgir, assim como novas formas de resistência. As antigas lutas de classes agora passam a ser redefinidas em estratégias de força dentro e fora do sistema capitalista. Neste contexto, a construção das subjetividades e das identidades sociais se transforma de forma a achar uma saída para o extensivo controle biopolítico que se manifestam como estados de dominação, pois perpassam toda a vida humana.

Entre estes estados de dominação, situam-se o governo e as tecnologias governamentais, que definem os jogos estratégicos em fechados ou abertos. É através do governo que se percebem as relações institucionalizadas de dominação e o conseqüente bloqueio de mobilidade ou de fluidez e abertura à experimentação de subjetividades que escapam ao poder de dominação. Como Foucault desenvolveu em *Em defesa da sociedade* (2006a), a nova arte de governar que detinha como função anteriormente a razão de Estado como princípio de soberania, hoje vai consistir em manipular, manter, distribuir, em estabelecer relações de força, em ambientes competitivos.

Outro conjunto tecnológico político de poder será a polícia. Até o século XVIII a palavra polícia deterá outro significado, qual seja simplesmente uma forma de comunidade ou de associação que seria regida por uma autoridade, uma espécie de sociedade humana em que algo como um poder político se exerce sobre ela. Polícia seria então uma coisa pública. (Foucault; 2008a). A partir do século XIX, a polícia será o conjunto de meios pelos quais é possível fazer o poder do Estado crescer, ao mesmo tempo em que se mantém a boa ordem deste Estado. A polícia será o cálculo, a técnica que possibilitará o controle interno do Estado e de suas forças. Num texto de 1611, Foucault (2008) encontra a primeira definição da função policial:

(...) tudo o que pode proporcionar ornamento, forma e esplendor à cidade, é disso que a polícia deve se ocupar. Aceito a definição dos que chamam de polícia o conjunto dos meios que servem ao esplendor de todo o Estado e à felicidade de todos os cidadãos. (p.432)

Ainda no século XVIII, a definição geral de polícia será fornecida pelo autor alemão *Von Justi* como:

(...) é o conjunto de leis e regulamentos que dizem respeito ao interior do Estado e procuram consolidar e aumentar o poderio desse Estado, que procuram fazer uso das forças do Estado. No que concerne à comodidade da vida, que era o terceiro objetivo da Polícia dos antigos, também a subdividimos como eles em seis pontos: a tranqüilidade pública, os cuidados com os edifícios, as ruas, as praças públicas e os caminhos; as ciências e as artes liberais; o comércio; as manufaturas; as artes mecânicas; os domésticos e os operários.

E acrescenta que sobre o outro papel da polícia, responsável pelo bem-estar do cidadão:

Quando retomamos como segundo objeto a conservação da vida, ainda acompanhamos a esse respeito a mesma subdivisão, aplicando aos cuidados de nossa polícia a estas duas coisas importantes: a saúde e a subsistência dos cidadãos.

Assim, Foucault demonstra que a concepção de polícia era dual. Uma voltada para a manutenção da ordem pública e esplendor da cidade e outro garantir o bem-estar dos cidadãos.

A polícia, neste sentido, detinha um papel de extrema importância sobre a organização da cidade, possuindo como objetivo primordial manter a cidade nos padrões de civilização europeus, noção esta conforme a idéia de cidade *culta e civilizada*, daí a preocupação com o aspecto das ruas, com a beleza da cidade. A cidade, assim, deveria refletir o esplendor da *Belle époque* carioca. O resultado desta construção se dá na forma como os delitos e as penas são impetradas àqueles que não corroboram com esta cultura civilizatória:

(...) aquele que perturba a tranqüilidade pública, que não obedece às leis, que viola as condições sob as quais os homens se sustentam mutuamente, esse deve ser excluído da sociedade, isto é, banido.¹¹

A configuração urbana característica da modernidade era caracterizada pelos mecanismos estatais de controle disciplinar, mas o que se percebe na forma biopolítica pós-moderna é a conjugação da empresa capitalista de poder somada ao Estado disciplinar que satisfaz e mantém seguros os indivíduos que participam ou estão inseridos de forma ativa neste cenário. Isso significa que a cidade passa a ser percebida como possibilidades lotéricas de prosperidade individual. O homem pobre e livre é aquele que está sujeito à circulação mercantil e à luta pela sobrevivência através do trabalho assalariado.

No Brasil, a multiplicação de pobres livres na cidade escravagista engendrou o grande sistema de controle social que se deu através da polícia, que possuía o direito de controlar a vadiagem, isto é, de usar a força e o poder que o Estado a legitimou para vigiar a circulação nas ruas das cidades. Quem não possuísse residência e trabalho comprovado poderia ser obrigado a trabalhos forçados. (Kowarick; 1994) Para Wanderley Guilherme dos Santos (1998) ao falar sobre o século XX, a cidadania de segunda classe no Brasil se caracterizaria por parcelas da população que vivem no patamar inferior do circuito econômico e conseqüentemente são jogadas para fora do sistema, são excluídas do processo de geração de riquezas e da distribuição de seus frutos.

Estes excluídos dentro do próprio sistema sobrevivem mantendo apenas um acesso precário aos mecanismos públicos, como a assistência social e os serviços de saúde. A propriedade privada, como a moradia, torna-se inacessível. Não possuem trabalho fixo e transformam a rua em seu ambiente privado. Neste contexto, o direito é um aliado do poder, na medida em que se torna seu instrumento. Ele permite que a política e a economia, através dos seus órgãos gestores, representem uma classe sobre a outra, estabelecendo diferenças entre legalismos e ilegalismos (Foucault; 2006).

A anestesia da população diante da pobreza e da miséria como algo dado tem seus primórdios no medievo europeu. Segundo Geremek¹², desde o século

¹¹ Beccaria apud Silva, p. 122

XIII a caridade e a força foram os meios revezados no percurso histórico para tratar os pobres e mendicantes. A pauperização e a aplicação de leis para os pobres foram objeto de debate entre os ingleses a partir da idade moderna. O problema da miséria era encarado como doença vergonhosa da sociedade e a piedade católica como virtude humana apresentava-se como um juízo de valor de superioridade espiritual para quem o empregasse.

A partir do advento das sociedades modernas, a miséria e a pobreza passam a ser entendidas não apenas como privação relativa ou absoluta de bens, mas como um estatuto social, no qual a responsabilidade individual pelo sustento econômico é contraposto às políticas sociais estatais que são vistas como políticas paternalistas para pessoas inaptas e degradadas.

A subcultura dos pobres torna-se desta maneira, uma definição da condição de ser pobre, de estar excluído do processo de produção e também dos possíveis benefícios sociais decorrentes deste. Isso resulta na aceção da pobreza como condição humilhante, estigmatizante e infamante que seria fruto da fraqueza moral e, portanto de responsabilidade unicamente individual por sua condição de miserável. Com a pobreza interpretada sempre de forma negativa, a ação dos grupos sociais que rejeitam determinadas camadas da população é legitimada pelos próprios pobres, que interiorizam este estigma, confinando-se numa eterna imobilização social.

Para Geremek, a dificuldade em estabelecer distinções acerca dos graus de privação e de miséria possibilita um discurso totalizante no qual a pobreza é confundida com atos ilícitos e partir daí com a violência de uma maneira geral. O gesto misericordioso da esmola com fundamento na piedade humana e divina foi substituído e restabelecido inúmeras vezes na Europa, ora caracterizando fraqueza moral individual ora força, como pressuposto divino de abnegação espiritual¹³.

Uma das correntes teóricas clássicas que procurou abordar os diversos tipos de comportamento foi a precursionada por Simmel e tinha como objetivo apreender as múltiplas sociabilidades cotidianas. Ao analisar a pobreza como

¹² Cf. Geremek, B. “*A piedade e a força: história da miséria e da caridade na Europa.*” Especialmente, páginas 6 a 9.

¹³ Seguindo a mesma linha, Bresciani tratou da pobreza em Londres e Paris no século XIX, de forma a retratar as narrativas filosóficas, literárias e cotidianas dos pobres e o paradigma do trabalho e do ócio como antagonismos radicais da sociedade moderna Cf. Bresciani, Maria Stella Martins. “*Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza.*”

categoria analítica, Simmel¹⁴ faz uma discussão sobre os direitos e deveres como resultado da conduta moral resultante da interação social. Neste sentido, a análise do pobre em Simmel não tem como objetivo rever as injustiças sociais, mas sim entender a dinâmica de um tipo específico de relação social.

Segundo Simmel, se pudermos considerar a sociedade como uma reciprocidade de pessoas dotadas de direitos, e que os princípios morais advindos desta mesma sociedade e traduzidos em termos jurídicos correspondem a estas pessoas, o homem, como ser social, possuiria um direito que corresponderia a um dever, que na verdade, nada mais é que o direito do outro com quem se relaciona. Assim, é o direito o *médium* que dá o tom para a relação social. Assim, somos nós mesmos os responsáveis pela moralidade dos nossos atos.

Simmel (1949) trabalhou a relação de assistência entre os pobres e a sociedade onde vivem, tratou de compreender como se constitui a categoria composta pelos pobres e os vínculos que a mantêm adstrita ao resto da sociedade. O fato de alguém ser pobre não significaria a pertença a uma categoria específica de pobres. Apenas a partir do momento em que são assistidos é que eles passam a participar de um grupo caracterizado pela pobreza.

Este grupo não permaneceria unido pela interação entre seus membros, mas pela atitude coletiva adotada pelo conjunto da sociedade, isto é, os pobres, enquanto categoria social, não seriam indivíduos que sofrem carências ou privações específicas, mas os que recebem assistência ou que deveriam recebê-las de acordo com as normas sociais. Neste sentido, a pobreza não pode ser definida a partir de critérios quantitativos, mas a partir de reações sociais provocadas por circunstâncias específicas. Assim, a pobreza é sempre relativa, no sentido de que é construída socialmente a partir de patamares internos e seu sentido é atribuído pelo conjunto da sociedade. A ajuda para os pobres, segundo Simmel, nada mais propõe do que minimizar a grande diferença social entre ricos e pobres de forma que se mantenha o status quo.

A visão sociológica do pobre, portanto, é derivada de uma singular relação, na qual os deveres e direitos na moderna assistência do Estado moderno se dão por cima do pobre. O direito do pobre não corresponde a um dever do Estado, na medida em que o direito não é do pobre, mas direito de todo cidadão que ao pagar quantias para fins públicos, (impostos) a assistência para os pobres

¹⁴ Cf. Simmel, G. “*Sociologia*”, especialmente, páginas 56 a 58, onde o autor elabora com precisão a pobreza como categoria analítica.

seja de fato conseguida. De outra forma, a posição do pobre como dependente da assistência estatal é análoga a considerá-lo como animal digno de proteção de forma que se nega uma posição social.

A expectativa dos leitores sobre a população de rua em torno da responsabilidade e solução pelo Estado pode ser interpretada, como aponta Elisa Reis (1988), como uma continuidade de relacionar autoridade e solidariedade na sociedade brasileira. Embora as concepções de nação e de solidariedade tenham sido entendidas a partir do século XVIII como mutuamente interdependentes, no Brasil, a aderência ao Estado não foi precedida deste sentimento. É o que analisa Dumont (1998) quando ressalta que os valores sociais que integram o conceito de nação¹⁵ não surgiram aqui em oposição à hierarquia burocrática estatal, mas como dependentes da construção do Estado e sua viabilização só passaria a existir a partir deste. O valor da igualdade, como um valor social seria um atributo do indivíduo e não da coletividade, como aponta Louis Dumont (1998; 21):

Alguém opõe ao individualismo o nacionalismo, sem explicação. Sem dúvida, é preciso entender que o nacionalismo corresponde a um sentimento de grupo que se opõe ao sentimento "individualista". Na realidade, nação, no sentido preciso e moderno do termo, e o nacionalismo - distinto do simples patriotismo - estão historicamente vinculados ao individualismo como valor. A nação é precisamente o tipo de sociedade global correspondente ao reino do individualismo como valor. Não só ela o acompanha historicamente, mas a interdependência entre ambos impõe-se, de sorte que se pode dizer que a nação é a sociedade global composta de pessoas que se consideram como indivíduos.

Embora o liberalismo aqui tivesse sido instaurado apenas sob a dimensão econômica num primeiro momento, mesmo após o Estado garantir liberdades políticas, estas não lograram desenvolver nenhum tipo de solidariedade da forma de integração de indivíduos a uma coletividade. O incentivo da solidariedade pela autoridade do Estado, assim, refletiam a falta de laços horizontais, fortalecendo ainda mais a legitimidade do Estado, que embora resultasse em benefícios sociais, não produziu solidariedade. Segundo Elisa Reis (1988; 201), a esperança numa prática democrática conjugada à conquista dos direitos humanos, transcende o contexto em que foram criados para adquirir uma dimensão simbólica para toda a humanidade.

¹⁵ Cf. "*O Individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*" p. 21. Ed. Rocco.

(...) assim, por exemplo, no caso brasileiro, o fato de que o processo de construção do Estado tenha em muitos sentidos se adiantado ao de construção da nação, coloca-nos requisitos pragmáticos particulares. Não apenas como ideologia, mas também como instituição, a precocidade relativa do Estado é um dado crucial a ser levado em conta. (...) a consciência dos direitos e sua efetivação caminham lado a lado e juntas contribuem para converter o processo de construção da nação em uma ideologia e uma prática democratizantes.

Como vimos, a categoria pobre e a categoria pobreza detêm contextos verbais e interpretativos bastante diversos e historicamente marcados desde a urbanização da sociedade brasileira. Até o início do século XIX, na Europa, a pobreza estava relacionada ao discurso higienista, isto é, a pobreza era associada à proliferação de doenças e às condições insalubres de moradia. No caso do Rio de Janeiro, também no século XIX o cortiço era o local de pragas sociais, e na Europa, como aponta Foucault, o saber médico-jurídico ajudou a legitimar uma ordem social discriminatória legitimada pelo Estado. Os doentes eram isolados e considerados perigosos, sob o risco sempre de uma epidemia. Não é de se espantar que as classes menos desprovidas possuíssem por conseqüência o maior risco de contrair doenças, dada a falta de saneamento, esgoto e as condições precárias de saúde. (Foucault; 2006a)

Este conteúdo médico-sanitarista chegou ao Rio de Janeiro, influenciando a já existente hierarquização social que possuímos, dividindo ainda mais o mundo do pobre e do rico, do trabalho e do desempregado, do doente e do sadio, da ordem e da desordem. Sempre antinomias excludentes e reafirmadoras das diferenças sociais e do lugar de cada um (Da Matta; 1979).

Segundo Sarah Escorel, a virada do século assistiu à transição para uma ordem capitalista de um mercado industrial e urbano baseado na mão de obra livre formada de imigrantes e ex-escravos.

Como aponta José Murilo de Carvalho¹⁶, a desordem fazia parte de um discurso político para negar a participação operária ou o descontentamento popular, tendo como exemplos históricos a insurgência das revoltas do vintém e da vacina. Desordeiro, portanto, passou a ser tanto arruaceiros como vagabundos.

¹⁶ Ver sobre as práticas higienistas no século XX em “*Os bestializados: O Rio de Janeiro e a república que não foi*”. Editora Companhia das letras, São Paulo, 2010.

Desta forma, transforma-se o que deveria ser considerado como um movimento de luta pelos os direitos civis em mera rebelião ou desordem.

Segundo ainda o mesmo autor, a tentativa moralizante do Estado para que o recém homem livre amasse o trabalho exigia a insistência em atribuir a obrigatoriedade do trabalho e a punição aos que não o faziam. Soma-se a isso a difusão do caráter civilizacional dos costumes, que ajudaram a nivelar a educação e o trabalho como comportamentos aceitáveis. A pobreza se consolida, assim, como ética da malandragem, o pobre é aquele que não é trabalhador, isto é, que não é produtivo.

A partir da conjugação do desenvolvimento do país e do discurso do trabalho, passamos a integrar o que Simmel (1973) chamou de mentalidade social metropolitana na qual a forma como se dá a indiferença social está intimamente relacionada à vida metropolitana e às práticas burocráticas de convivência.

Segundo Simmel, uma atitude típica da vida nas grandes metrópoles é a *atitude blasé*, que resultaria de uma recusa a reagir, levando o indivíduo a ter para com os outros uma posição de desconfiança, indiferença e reserva. Esta *repulsa mútua*, configurada como uma dissociação é para Simmel uma forma de socialização muito presente na vida metropolitana. A metrópole criaria condições psicológicas múltiplas que definem um novo tipo de pessoa, que encharcada de novos procedimentos econômicos, ocupacionais e sociais, cria novas diferenciações para si e para o outro, estimulando assim padrões de convivência baseados na diferenciação.

O crescimento econômico e a multiplicação dos bens derivados do mercado passariam a gerar a busca por satisfação e prazer de acordo com tais objetos que por sua vez, se refletem na subjetividade do indivíduo como “quantidade” e não como qualidade. Este para Simmel passa o ser o diferencial da modernidade e o denominador comum da vida social nas cidades. A auto-preservação de si passaria a existir na medida em que há uma desvalorização de um mundo lotado de bens efêmeros que, na medida em que satisfaz a natureza econômica da cidade, esvazia de sentido a vida social. A interdependência na relação pobre – não-pobre na metrópole se daria através desta atitude blasé na qual a não-discriminação seria na verdade a atomização de todos os indivíduos. Segundo o autor, a ajuda para os pobres nada mais propõe do que minimizar a

grande diferença social entre ricos e pobres de forma que se mantenha o *status quo*.

Segundo Nascimento¹⁷, os “prostrados no solo” não são vistos como semelhantes, mas como bichos, sujos, feios e que cheiram mal. São tidos como um incômodo para o comércio e para a ordem pública. Não há interação com eles. Em geral as pessoas agem e falam como se não houvesse pessoa do lado. Para o autor, a construção da sociedade brasileira e nossa adesão à hegemonia econômica liberal sem jamais termos sido liberais nos aspectos político e social explica em muito a iniquidade com que a exclusão é tratada.

No nosso sistema sócio-econômico, a desigualdade histórica sempre se materializou na distribuição diferenciada dos recursos. Os despossuídos nunca puderam viver com uma parcela de dignidade para ao menos suprir suas necessidades básicas. Desta forma, a destituição material soma-se a destituição simbólica da falta de dignidade.

Na década de 50 e 60 o processo de urbanização e desenvolvimento já havia atingido seu ápice, tendo como uma de suas conseqüências a ampliação de um segmento marginalizado da população. A partir da década de 70, quando o modelo do desenvolvimento entra em crise, há a expansão da economia informal que se desenvolve paralelamente à concentração de renda e da pobreza. No início do século XX, o cortiço expressava simbolicamente o lugar da insalubridade e da pobreza. Doença e pobreza eram situações sinônimas e consideradas um mal como um todo. A rua era conseqüentemente uma expansão do cortiço, o lugar da desordem e da ameaça pública.

Das diversas abordagens teóricas sobre a exclusão social, um ponto comum atravessa o conceito, qual sejam a proximidade da ruptura da coesão social ou do vínculo social e o desenvolvimento do estigma como veremos mais adiante. A condição de excluído, segundo Nascimento é imputado ao indivíduo do exterior, sem que ele em momento algum tenha contribuído para isso. O autor trata algumas hipóteses que seriam constituintes do fenômeno da exclusão. Uma delas, seguindo o viés Durkheimniano, entenderia a exclusão social como um dos efeitos secundários do processo de ruptura dos laços de solidariedade orgânica próprios à sociedade moderna, na qual a anomia se tornaria resultado das relações de mercado que não teriam fins propriamente sociais e morais.

¹⁷ Cf. Nascimento, Elimar Dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários, in “*No meio da Rua: nômades, excluídos e viradores.*”

Como segunda hipótese, ele aponta que Maffesolli desenvolve a noção de socialidade, na qual os excluídos tendem a se proteger da sociedade desenvolvendo práticas de solidariedade interna, construindo princípios comunitários e valores simbólicos que substituem o vazio criado pela fragmentação da integração social. E por último, a exclusão poderia ser entendida como resultado de uma rede de ruptura com três vínculos: valores e representações sociais, laços e relações de afeto (vínculos comunitários) e capacidade de comunicação com o exterior (vínculos individuais).

Estas três vertentes analisadas por Nascimento ajudam a visualizar as conseqüências sociais e individuais que a exclusão sócio-econômica gera como efeito perverso: a naturalização da miséria como algo dado, não passível de conserto. Assim, o conceito sociológico de exclusão refere-se sempre a um processo de não reconhecimento de outro ou dos direitos que lhe são próprios, seja na forma de práticas discriminatórias, isto é, diferenças não aceitas, apesar de não serem formalmente excluídos de direitos; ou através do não-reconhecimento numa clara exclusão de direitos. Estes são os grupos que não possuem uma clara integração naquela sociedade nem no mundo do trabalho, e também não possuem condições mínimas de vida e de subsistência.

Como afirmado acima, um efeito perverso da exclusão é a banalização desta, na forma da indiferença ou da *atitude blasé*. No entanto, este não é o único efeito da exclusão sócio-econômica. A mobilidade social que caracterizaria a sociedade moderna faz com que cada indivíduo se veja como responsável pelo lugar que ocupa na escala social, isto é, a imposição implícita da responsabilidade de cada um por sua própria situação sócio-econômica. Este sistema, na qual a meritocracia é elevada a ideal social, oculta a construção histórica de constante desigualdade e desfavorecimento que determinadas camadas da sociedade sofreram.

O termo exclusão foi cunhado por René Lenoir (1989) nos anos 70 na França para designar o abalo do sentimento de pertencimento a partir de uma condição de privação. Este termo conteria três categorias visíveis: os aleijados ou deficientes físicos, os idosos e os inadaptados sociais que seria o grupo mais heterogêneo, pois conteria pessoas em dificuldades econômicas, e os alcoólatras, drogados e deficientes mentais. As pessoas com dificuldades financeiras seriam o grupo mais significativo nos anos 70 e ensejou a luta contra a pobreza e a criação de um ministério de ação social para a habitação. Entretanto, o sistema de

proteção social francês não surtiu o efeito desejado, segundo Lenoir, por não deter medidas preventivas, mas corretivas, que não conseguiam soluções adequadas para o problema a posteriori.

Segundo Castel (2007), dentre os diferentes modelos de exclusão, e diante da heterogeneidade do uso do termo, a falta de estar no interior do circuito vivo das trocas sociais seria resultado da degradação que corresponderia a um estado anterior, por isso se torna importante para a sociologia analisar os fatores que ensejaram a exclusão. Como neste processo a referência aos excluídos se dá de forma pejorativa, devido às gradações de pobreza ou porque parcelas da população acreditam na responsabilidade individual ou na deficiência do indivíduo excluído, seria mais fácil ou cômodo pensar que o problema da população mais pobre seria resultado de “disfuncionamento” ou desintegração social do que pensar as formas de controle estatal e os processos econômicos que o desencadeiam. Assim, teríamos uma camada social representada por mendicantes que, de certa forma, corroboraria para que a camada menos pobre se diferenciasse deles positivamente.

É importante destacar que a questão da vagabundagem como aponta Marcel Bursztyrn (2000), decorreria de um tratamento negativo desde os primórdios da idade medieval, com os procedimentos de exclusão ou isolamento, assim como a construção de espaços fechados – guetos, sanatórios, asilos e prisões. Ainda para Bursztyrn desigualdade é de certa forma institucionalizada na medida em que há no âmbito religioso uma série de ações para ajuda dos miseráveis¹⁸. Entretanto, algumas categorias de trabalhadores são jogadas no desemprego, e a caridade como medida social reafirma um caráter de inaptidão destas pessoas, quando não responsabiliza o indivíduo pela própria sorte. Desta forma, estas pessoas são compreendidas pelo resto da população como não contribuintes na sociedade, tornando-as desnecessárias, visto que configurariam riscos à segurança pública e gastos com políticas sociais.

Como apontam as cartas, a exclusão geográfica, isto é a opção de desterro, ou no caso em tela a migração forçada para “outro lugar” seria a penúltima etapa do processo de exclusão social, passando pela educacional, saúde e cidadania. O silêncio das instituições e a ineficácia da justiça podem ser associados às práticas

de genocídio, que neste caso seriam como uma “cegueira institucionalizada”, ou uma “ocultação da realidade” como aponta o autor.

Bursztyn considera surpreendente a violência social cometida hoje com o desenvolvimento do capitalismo global. No caso das sociedades mais afluentes, a exclusão aparece como “invasão”. O processo de ocultação da violência social das populações que dela são vítimas se daria em três etapas: Desqualificação, que é a elaboração de um discurso ideológico onde se constrói uma imagem demonizada do “outro”, associada a problemas de desordem, insegurança, epidemias e criminalidade; Desvinculação que seria a rejeição de determinados membros pela sociedade por serem considerados desqualificados, colaborando com o isolamento social; E, por fim, eliminação, ou seja, a radicalização que pode se dar tanto pelo extermínio quanto pela esterilização, pelo genocídio ou deportação.

A criminalização da pobreza foi alvo das mais variadas discussões nos anos 80. No entanto, novas formas de violência surgiram a partir daí. A violência simbólica da indiferença e hostilidade é uma das formas de continuidade da violência física que apesar de tudo ainda permanece nos dias de hoje. Para Vera Telles, os direitos sociais detêm maior positividade no universo simbólico brasileiro, ao contrário dos direitos individuais, nos quais o indivíduo é avaliado de acordo com as redes sociais que o compõe. O direito, desta maneira, configura-se como forma de ritual simbólico de exercício de subjetividade frente a outro indivíduo que se quer sobrepujar. O poder simbólico da nomeação e da diferenciação traduz a falta de consciência cidadã, na qual a esfera privada reduz o universo moral a fronteiras muito frágeis que carregam estigmas e representações injustas acerca de indivíduos excluídos.

Este ciclo vicioso conjuga tanto uma rede de comportamentos sociais, quanto a dimensão econômica e estatal, conectados intimamente com a pobreza, caracterizando a hostilidade aos pobres e despossuídos. São cotidianas, para Gouth (2006), as atitudes agressivas com relação aos pobres. Estes, por sua vez, internalizam esta hostilidade como culpa e responsabilidade própria, gerando a incapacidade de se integrar numa rede de vínculos sociais e bloqueando a possibilidade de ações coletivas organizadas.

Assim, este processo de desqualificação, desvinculação e eliminação de pessoas consideradas inúteis e perigosas transforma aos poucos pessoas em

monstros, seres humanos que são olhados como indignos de respeito ou mesmo de sobrevivência.

A pobreza reveste-se de um status social desvalorizado e estigmatizado. Como prossegue Bursztyń, esta camada de pessoas mais pobres é obrigada a viver numa situação de isolamento, procurando dissimular a inferioridade de seu status no meio em que vivem e mantendo relações distantes com todos os que se encontram na mesma situação. A humilhação os impede de aprofundar qualquer sentimento de pertinência a uma classe ou camada social. Sendo esta camada expressamente heterogênea, estas pessoas são oriundas de diversas categorias sociais. Passam necessariamente por um processo de desqualificação social – que os empurra para a esfera da inatividade e o que os torna comparáveis a outros pobres.

Assim, a desqualificação social corresponde a uma das possíveis formas de relação entre a população designada como pobre em função da dependência em relação aos serviços sociais e o resto da sociedade. A desqualificação social caracterizaria o movimento de expulsão gradativa para fora do mercado de trabalho de cada vez mais numerosas camadas da população. Este conceito possui um caráter multidimensional, dinâmico e evolutivo da pobreza e o status social dos pobres socorridos pela assistência.

Como pode-se afirmar que os assistidos não constituem um estrato homogêneo da população, os modos de resistência ao estigma e de adaptação à relação de assistência variam conforme a fase do processo de desqualificação em que se encontra determinado indivíduo. Para Serge Paugam, em estudos sobre a pobreza e a miséria na França, a experiência da precariedade profissional está correlacionada com uma diminuição da sociabilidade. Quanto mais precária for a situação do mercado maior possibilidade é de não ter relação com a família. Os homens se tornam mais introspectivos, absortos (frustração) e a consequência disso é o enfraquecimento dos vínculos sociais que é proporcional às dificuldades encontradas no mercado de trabalho. Este fenômeno explicaria a falta de coesão social e o descontentamento dos indivíduos que moram em bairros desfavorecidos, onde o desemprego engloba a maior parte da população¹⁹.

O enfraquecimento diz respeito às duas primeiras fases da desqualificação social: a dependência e a fragilidade. À fase da dependência e da fragilidade segue

¹⁹Cf. Paugam S. “O enfraquecimento e a ruptura dos vínculos sociais: uma dimensão essencial do processo de desqualificação social” in “*Artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*”. Ed. Vozes, 2004.

outra que se caracteriza pela ruptura dos vínculos sociais, onde miséria é sinônimo de dessocialização.

Segundo a ex-secretária da SMAS da Prefeitura do Rio de Janeiro Marília Rocha, o morador de rua recusa todo tipo de contato com a sua família, pois se considera incapaz de corresponder às expectativas de seus parentes, preferindo isolar-se a se humilhar. Entretanto, no momento em que sua situação melhora, os moradores de rua reatam os laços com a família²⁰. Os indivíduos que estão nas ruas há mais de três anos, em geral, desconfiam das instituições públicas ou sociais, e a solidão é muitas vezes compensada pela companhia de um cachorro que os acompanha para toda a parte. Paradoxalmente, o cachorro é proibido de entrar nos abrigos, o que faz com que muitos escolham ficar na rua para manter o animal em sua companhia.

No estudo de Paugam, dos 503 moradores de rua entrevistados, 34% consideram como prioridade do seu dia a dia encontrar alguém com quem falar. Em análise comparativa entre países europeus, Paugam constatou que na França, Inglaterra e Alemanha a pobreza está sempre relacionada com uma fraqueza relacional. Para ele, há três aspectos relacionados da pobreza que adquirem sentido em conjugação com a revolução industrial e a implementação definitiva do modo de produção capitalista. O primeiro é que esta última encontrou respaldo nas mudanças da representação social da pobreza para estabelecer regulamentos e normas punitivas e criminalizantes. A pobreza era considerada o castigo natural para uma suposta preguiça na medida em que existiam necessidades crescentes de mão de obra.

O segundo aspecto é que com a configuração do estado de bem estar social, sedimenta-se a passagem de uma concepção de responsabilidade individual da pobreza para uma responsabilidade de caráter coletivo e social (cidadania). Os que eram pobres eram considerados “deficientes morais” na medida em que seriam incapazes de trabalhar, “não cumpriam com sua obrigação”. Sobre esse pobre, deveria ser exercida a disciplina para esconjurar os perigos da vadiagem e da doença. A natureza da pobreza era individual e sua concepção englobava doença e desordem. O terceiro aspecto é que a rua deteve até o fim do século XIX a dimensão de perigosa em decorrência da proliferação de doenças, sendo assim, o imaginário seria de que os vícios contagiosos proliferam nas ruas, impulsionando

²⁰ Segundo a SMAS do Rio de Janeiro, com o projeto “De volta a terra Natal” muitos moradores de rua permanecem nas ruas por terem perdido contato com a família e por não ter lugar para ficar. Embora haja abrigos municipais eles não dariam conta do contingente de pessoas nesta situação.

uma socialização em direção à desordem. Pobre era o que não era trabalhador e aquele que não era trabalhador levava uma vida indisciplinada, ameaçando a ordem social.

O conceito de dessocialização de Martine Xiberras²¹ ajuda a entender as ações do resto da sociedade com relação aos dessocializados. Xiberras tem em mente o fato de que o termo exclusão deteve o significado associado apenas a uma exclusão geográfica, física ou material e ele busca apontar que o que se denomina excluído pode ser também aquele que não participa devido a uma opção religiosa ou que não é reconhecido no universo simbólico da sociedade. O estigma físico pode não ser tão visível como um estigma simbólico, pois existem exclusões que não são visíveis, apenas perceptíveis e enquanto não são percebidas, não incomodam. O dessocializado é, portanto, aquele que é rejeitado para fora dos nossos mercados materiais e simbólicos, para fora dos nossos valores. É o que esclarece o autor (1993; 28):

As formas mais visíveis do processo de exclusão residem na rejeição para fora das representações normalizantes da sociedade moderna avançada. Todos aqueles que recusam ou são incapazes de participar no mercado serão logo percebidos como excluídos. A pobreza significa a incapacidade de participar no mercado de consumo. O desemprego sublinha a incapacidade de participar no mercado de produção. Estes dois fenômenos são a maneira de rejeitar os homens para fora do que a sociedade moderna tem de mais invejável: a esfera dos bens e dos privilégios econômicos. Esta exclusão consiste de facto, numa ruptura do laço econômico que liga fielmente ou normativamente os atores sociais ao modelo de sociedade.

Uma consequência da dessocialização é o retorno dos indivíduos a uma condição de sobrevivência, isto é, de conseguir apenas o suficiente para a alimentação diária, na maioria das vezes não preenchendo o mínimo nutricional diário, estando expostos com mais frequência às doenças e às drogas. Sarah Escorel aponta que os indivíduos excluídos fazem parte de um processo no qual são reconduzidos à condição de animal laborans, cuja única atividade é a sua preservação biológica e na qual estão impossibilitados do exercício das potencialidades humanas.

²¹ Cf. “*As teorias da exclusão: para uma construção do imaginário do desvio*”. Ed. Instituto Piaget, 1993.

Na corrente do interacionismo simbólico, pode-se entender como os pessoas em situação de exclusão do convívio social recompõem uma nova ordem social alternativa e por que são estigmatizados como anômicos²². O estudo de Erving Goffman sobre as posições dicotômicas do mundo social de pertença e não pertença ilustra as dificuldades de interação a partir de um mundo partido em dois.

²² Segundo Xiberras, há uma lacuna na análise das representações coletivas das sociedades da modernidade. Os valores oficiais não permitem organizar uma visão coerente dos diferentes atores coletivos, nem das relações entre si, nem das relações com o todo social. Contrariamente às formações sociais definidas a partir de uma solidariedade mecânica Durkheimniana, os grupos diversos das comunidades modernas se agrupam segundo outros critérios e funções e faltando a solidariedade no seio das sociedades pós-modernas, é por que lhes falta reconhecimento recíproco que lhes dê o sentimento de unicidade e coerência. Embora possam existir diferentes representações sociais, a integração significa uma gestão de solidariedade orgânica capaz de restabelecer um reconhecimento recíproco e global sob a articulação do Estado. P.239-244